



Resolução Político-Sindical Para o quadriénio 2004 - 2008

O 9º Congresso dos trabalhadores dos sectores Têxteis, do Vestuário e do Calçado, analisou a situação político-sindical e social e constata que, a melhoria ou o agravamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores está cada vez mais dependente das políticas económicas e sociais levadas à prática pelos Governos e dos comportamentos do patronato.

Assistimos hoje a uma tentativa do patronato, que, de forma unilateral, pretende regular as relações laborais, através da tentativa de imposição do Código de Trabalho desvalorizando a negociação colectiva. A isto não é alheio o comportamento do Governo que com a sua política de direita e neoliberal privilegia os interesses do capital.

Com a ganância do lucro fácil e o aumento da exploração da mão-de-obra barata, o patronato tem uma postura bloqueadora da contratação colectiva, ao assumir posições que vão no sentido de pretender despir os contratos dos direitos sociais e desvalorizar ainda mais os baixos salários dos trabalhadores.

Os trabalhadores portugueses a nível da União Europeia a quinze países auferem os mais baixos salários, ao mesmo tempo que estão sujeitos aos mais elevados horários de trabalho. A par disto, a precaridade do vínculo laboral aumenta, o emprego com qualidade começa a ser uma miragem, os direitos sociais e sindicais dos trabalhadores são “espezinhados” diariamente pelo patronato, o acesso ao ensino e à formação profissional ainda não é para todos, as condições de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho não são respeitadas na grande maioria das empresas.

O 9º Congresso considera que os nossos sectores têm futuro se o seu modelo de desenvolvimento assentar na inovação. Os nossos sectores têm uma elevada importância para a economia portuguesa e são de interesse vital do ponto de vista regional e social, factores que determinam a necessidade de os defendermos com todas as energias. Nesse sentido, o 9º Congresso, aprova as seguintes orientações para o quadriénio 2004-2008:

1. Melhores Salários

- ✓ Propômo-nos mobilizar os trabalhadores dos nossos sectores para a luta por salários de base mínimos de 500,00 Euros/mês;
- ✓ Valorizar os salários enquanto componente estável da retribuição, através da regulamentação pela via da negociação colectiva, das várias componentes de remuneração;
- ✓ Combater todas as formas de discriminação salarial existente, defendendo o princípio, trabalho igual, salário igual.

2. Redução do Tempo de Trabalho

Propômo-nos mobilizar os trabalhadores para a reivindicação da redução do tempo de trabalho semanal, de forma progressiva, para as 35 horas.

3. Emprego com qualidade e respeito pelos direitos

Lutar por emprego com qualidade e os direitos dos trabalhadores, implica, entre outras medidas:

- ✓ A valorização profissional dos trabalhadores;
- ✓ A redução do número de trabalhadores com Contratos a Termo, ou seja, a cada posto de trabalho efectivo, terá de corresponder um contrato efectivo;
- ✓ Acabar com o trabalho clandestino, fonte de distorção da concorrência, fuga ao fisco e precariedade laboral e social;
- ✓ A fiscalização periódica das empresas pela IGT e Inspeção da Segurança Social;
- ✓ Redefinição dos perfis profissionais dos trabalhadores, valorizando as suas competências e justo pagamento de um salário, adequado às novas responsabilidades e funções;
- ✓ Defender os direitos dos trabalhadores, em caso de falência das empresas, o que pressupõe a manutenção do privilégio, quer de remunerações em dívida, quer das indemnizações a que os trabalhadores tenham direito;
- ✓ Combater todas as formas de precarização e incumprimento da regulamentação do trabalho, entre as quais:
 - Combater a flexibilização dos horários de trabalho e a polivalência de funções que não respeitem normas e regras legais e contratuais;
 - Combater o trabalho suplementar não pago como tal, ou a sua transformação indevida em flexibilidade;

4. Defesa dos sectores e do emprego

O Governo tem de:

- ✓ Assumir políticas activas de emprego;
- ✓ Tomar medidas contra as falências fraudulentas, responsabilizar os patrões e não lhes concedendo alvarás para as mesmas ou outras actividades económicas, industriais ou comerciais;
- ✓ Tomar as medidas necessárias para que as empresas multinacionais e transnacionais cumpram as regras internas e o código de conduta da OIT, penalizando-as em caso de deslocalização, obrigando-as a cumprir com os direitos dos trabalhadores, confiscando o seu património ou feitura de uma caução, nos casos em que estas laboram em instalações alugadas;
- ✓ Apoiar através de investimentos financeiros públicos, a inovação e modernização dos sectores e empresas de forma rigorosa e transparente, criando para tal uma comissão de acompanhamento em que participem todos os parceiros sociais sectoriais;
- ✓ Condicionar os apoios públicos às empresas ao cumprimento dos direitos sociais, contratuais e legais dos trabalhadores, tal como se verifica em relação ao cumprimento dos deveres destas perante o Estado;
- ✓ Assumir muito claramente uma postura junto da União Europeia de defesa dos interesses dos sectores TVC portugueses.

5. Ensino e Formação Profissional

Sendo o ensino e a formação profissional um dos importantes eixos do desenvolvimento e do progresso social, impõe-se necessariamente:

- ✓ Que o Governo assuma o ensino e a formação como um vector estratégico para o aumento da qualificação dos trabalhadores e da valorização profissional, e por essa via, do aumento da produtividade e da competitividade;
- ✓ Criação de condições que permitam facilitar mais o acesso ao ensino, sobretudo das famílias mais carenciadas, bem como, medidas de apoio social com vista a evitar o abandono escolar;
- ✓ Medidas que reforcem o Ensino Técnico-Profissional;
- ✓ Como forma de combater a exclusão social e garantir o direito de acesso ao emprego, o Governo deverá dar maior atenção aos programas de formação e reconversão profissional dos trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e qualificação.
- ✓ O patronato, por sua vez, terá de considerar a formação contínua como um dos pilares fundamentais da melhoria da produtividade, como tal, deverá considerar a formação como um investimento e não como um custo.

6. Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho (HSST)

O patronato terá de assumir a HSST como um dos principais problemas a resolver, já que, das boas condições de trabalho resultarão melhorias da produtividade do trabalho, diminuição das doenças profissionais, redução dos acidentes de trabalho e por essa via, a baixa do absentismo;

As condições de HSST ganham cada vez maior importância no mundo do trabalho, por conseguinte, impõe-se que esta matéria tenha de ser mais valorizada na contratação colectiva (incluindo nas reivindicações de empresa), quer pelo patronato, quer pelos Sindicatos;

A IGT terá de ser mais actuante, reprimindo os infractores, devendo fiscalizar com frequência as empresas já instaladas, bem como, aquelas que iniciam a sua actividade.

A FESETE e os Sindicatos empenhar-se-ão na eleição dos representantes dos trabalhadores para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, com prioridade nas médias e grandes empresas, prevendo-se a nomeação de 200 delegados nos próximos quatro anos.

A FESETE vai procurar concretizar a parceria sectorial e os necessários apoios para o estudo rigoroso do absentismo nas ITVC.

7. Organização / Sindicalização

Reforçar a organização sindical nas empresas, elegendo 500 delegados sindicais, com prioridade nas grandes e médias empresas, renovar e rejuvenescer a rede de delegados e dirigentes sindicais.

Os Sindicatos, deverão empenhar-se na sindicalização de 30 mil novos associados, no período 2004 – 2008.